

Índice

Debates candentes na opinião pública	1
Uma liberdade de expressão que se faça entender	3

Debates candentes na opinião pública

A opinião pública parece-se com um mar revolto, enfurecido, áspero... Há tantas ondas à superfície – tantos mal-entendidos, tantos preconceitos – que o fundo dos debates se torna turvo e acaba por ser muito difícil distinguir qual é o valor em jogo. Neste clima hostil à comunicação serena, é importante compreender o que preocupa o outro lado e fazer-se entender.

Há termos com efeitos imprevisíveis. Como os botões que ativam uma mola, basta nomeá-los para despertarem nos ouvintes emoções de sinal diferenciado: liberdade de expressão, diversidade familiar, populismo, ideologia de género, feminismo, liberdade religiosa... São palavras que arrastam um significado próprio no contexto de debates que decorrem há anos. Cada qual se integra neles com expectativas concretas, mas não é claro que toda a gente venha a entender a mesma coisa.

Para os defensores do politicamente correto, por exemplo, o problema é que a civilização ocidental carrega um preconceito histórico contra as minorias raciais, as mulheres e os homossexuais. Este preconceito traduz-se na linguagem e converte-se numa fonte de ofensas para esses grupos. Por isso, deve-se purgar as palavras e exigir que se usem desse modo. Para estas pessoas, [explica](#) Alana Mocerri em “esglobal” (9.10.2018), o politicamente correto tem a ver com o cuidado da linguagem para não ofender.

Ora, os críticos dessa posição têm uma visão diferente deste debate. Para eles, não é apenas um problema de cuidar a linguagem. Também é uma forma de silenciar pontos de vista considerados heterodoxos, e de promover a conformidade com os tidos por admissíveis. Por exemplo, o politicamente correto

exige a toda a gente que seja afirmado o valor igual de todos os “modelos familiares” e proíbe que se fale de uma melhor forma de família.

Situar o outro

Com estes mal-entendidos de fundo, a comunicação torna-se mais difícil. Há mais ruído, mais tensão. E tornamo-nos reativos; ou seja, esquecemo-nos da nossa proposta e centramo-nos na agressão que vem de fora.

Frente a esta dinâmica, Yago de la Cierva [recomenda](#) não perder de vista a preocupação que desencadeou a controvérsia, nem o contexto implícito em que se mexe o outro. Caso contrário, o debate ficar-se-á apenas por um diálogo de surdos (“Aceprensa”, “La fe, en el plató”, 5.12.2016).

Isto permite centrar-se no essencial. A prioridade deixa de ser que eu e “os meus” tenhamos razão, e passa a ser como posso explicar-me melhor, para ter alguma possibilidade de avançar no debate. A abordagem é similar à da mulher ou do marido ao fazerem a pergunta: “Queres ter razão ou queres que solucionemos o problema?”. Resolver um debate público que está há algum tempo aceso, é pedir muito. Mas é sempre possível aspirar a clarificar determinado aspeto ou contribuir para uma perspetiva diferente.

Dois quadros tóxicos

No mar revolto da opinião pública, prevalecem atualmente dois quadros comportamentais que têm vindo a envenenar o modo de abordar muitos debates. O primeiro afirma: “Os que discordam da visão progressista do mundo são bárbaros que querem eliminar a democracia liberal”. E o segundo, muito ligado ao anterior, sugere: “O crescimento dos populismos de direita é uma ameaça aos direitos das mulheres”.

Estes quadros mentais podem parecer-nos injustos ou simplistas. Mas seria um erro ignorá-los. Como explica Bruno Mastroianni em “La disputa felice”, atrever-se a “sair do nosso cómodo perímetro de opiniões” ajuda-nos a “reformular as nossas convicções para nos fazermos entender pelo outro”. Ao reelaborar – acrescenta –, revitalizamos a conversa e criamos oportunidades para que surjam ideias inesperadas.

Pode ser que uma resposta atenta aos receios dos nossos interlocutores diretos caia em saco roto, sobretudo se são alimentados por má-fé. Mas convém não esquecer, afirma Mastroianni, que às controvérsias públicas assistem de fora muitas outras pessoas. Com elas será provavelmente mais fácil conseguir progressos, se nos virem serenos.

Integristas contra razoáveis

O primeiro quadro de abordagem baseia-se numa chantagem: ou assumo a perspetiva progressista, ou és inimigo da liberdade, da igualdade, da tolerância, da diversidade...

Este dilema [desequilibra o terreno de jogo](#): os que se identificam com a visão progressista do mundo, são situados automaticamente – isto é, sem necessidade de ostentarem qualquer mérito pessoal – no lado dos “razoáveis”; e os que se opõem a essa visão ou a algum aspeto dela, são classificados – também de forma automática – no lado dos “integristas”, pelo que partem sempre em desvantagem (“Aceprensa”, “Pensar en una era de corrección política”, 26.9.2018).

Por detrás deste maniqueísmo intui-se uma recusa a se expor à crítica. Segundo Mastroianni, “há muitas maneiras de se esconder numa conversa”: a pessoa pode barricar-se por detrás de princípios grandiloquentes, de um cargo, de uma autoridade reconhecida, de uma reação emotiva do tipo *sinto-me ofendido*... “Todas elas são estratégias para colocar algo entre nós e os outros, e alcançar desse modo uma posição mais segura, sem nos cingirmos à essência do discurso e fugindo ao confronto”.

Em face dessa artimanha retórica, o mais honrado seria reconhecer que todos podemos ser razoáveis ou integristas. Admi-

tido isto, deve ir-se aos argumentos e demonstrar em cada disputa onde nos situamos. Como sugere Adela Cortina em “La ética de la sociedad civil”, o que verdadeiramente decide se somos dogmáticos ou não, é se somos capazes de apoiar as nossas convicções em razões; se somos capazes de escutar as razões dos outros; e se somos capazes de modificar as nossas posições no caso do outro nos ter apresentado argumentos convincentes.

Para baixar a tensão implícita neste quadro, ajudaria também normalizar a divergência e assumir que as disputas de valores são inevitáveis nas sociedades liberais, algo que não acontece nos regimes autoritários. As duas coisas são indissociáveis: quanto maior for a liberdade, maior será o pluralismo. Isto exige sermos honestos e começar por reconhecer que ainda estamos longe do ideal: mesmo em democracias liberais consolidadas, a maioria dos cidadãos é [relutante em dizer o que pensa](#) sobre uma série de temas (“Aceprensa”, 7.12.2018).

Machistas contra feministas

O segundo quadro é ainda mais tóxico do que o anterior, porque o bem ameaçado já não é uma ideia abstrata – os valores liberais –, mas os direitos de pessoas: as mulheres. Aqui a presunção é que há homens, com excesso de testosterona, que consideram ameaçada a sua posição de domínio na história e que a querem recuperar retirando direitos às mulheres. Daí o lema da resistência: “Nem um passo atrás!”.

Esta era uma das ideias chave escolhida pelo “El País” para o seu [editorial](#) de 8.3.2019: “A instrumentalização política do mal-estar social impulsionada pelos novos líderes políticos na Polónia, na Hungria, no Brasil ou nos Estados Unidos, levou a que surgissem envelhecidos discursos sobre valores familiares que retratam novamente as mulheres como portadoras das essências nacionais, convertendo as desobedientes, ruidosas e descontentes no principal objeto da ira da sua reação”.

O mundo imaginado por este editorial é simples: as mulheres formam um bloco único e falam a uma só voz numa luta democrática desencadeada sem quartel, articulada em torno do eixo machismo/feminismo. Por isso, o editorial apresenta como uma conquista para as mulheres a despenalização do aborto na Irlanda (e desejada na Argentina), “num momento em que o crescimento das forças ultra mostra a sua pujança em todo o mundo”.

Mas esta abordagem ignora um facto incómodo para o feminismo radical: o das mulheres que se queixam de ser o objeto da ira de outras mulheres que as consideram párias ou traidoras, apenas porque não pensam como elas. Às que a acusam de ter deixado que lhe lavassem o cérebro por ser pró-vida, Kimberley Burton [convida-as](#) a celebrar a pluralidade de vozes femininas, o que “poderia trazer novas soluções para abordar as diferenças entre homens e mulheres”. E acrescenta: “Antes

das feministas modernas excluírem as mulheres conservadoras, deveriam dar-se conta de que somos mais do que simples estereótipos. A mesma coisa se passa com elas” (Aceprensa”, “Paradojas de la política identitaria”, 8.3.2019).

Abordagens colaborativas

Em vez da luta de identidades avançada pelo populismo e pelo feminismo radical, são mais prometedoras as perspectivas colaborativas, que procuram encontrar linhas de avanço sem renunciar aos princípios próprios. Por exemplo, apesar dos evidentes desacordos que separam os subscritores da campanha “Stop Surrogacy Now”, isso não os impediu de acordar um ponto comum: a recusa da legalização das barrigas de aluguer. É a transversalidade permitida pelos debates éticos e sociais, que não tem motivos para ficar bloqueada pela mania de politizar tudo.

Neste sentido, são interessantes os resultados de um [inquérito](#) realizado pela 40dB para o “El País”, onde se pedia a 2000 adultos que indicassem, a partir de uma lista de objetivos, qual ou quais lhes pareciam mais importantes para o movimento feminista:

- 53,3 % dos inquiridos escolheram “eliminar o telhado de vidro (os obstáculos para a ascensão profissional da mulher)”
- 52,3 %, “aumentar e dar visibilidade à luta contra a violência de género”
- 41 %, “fortalecer a mulher para enfrentar o assédio e as agressões sexuais”
- 40,8 %, “romper os estereótipos de género”
- 35,5 %, a “divisão igualitária do trabalho doméstico”
- 26,4 %, o “direito à interrupção voluntária da gravidez” [aborto]
- 7,2 %, as “quotas para estabelecer a percentagem de mulheres em determinadas instituições”
- 3,9 %, a “utilização de linguagem inclusiva”
- 4,5 %, “nenhum dos anteriores”

Deve dar-se por adquirido que conservadores e progressistas irão querer chegar a acordo para alcançar uma sociedade sem violência contra as mulheres, nem agressões sexuais, nem discriminações laborais, nem estereótipos..., ainda que possam discordar no modo de o conseguir. Mas o ponto de partida

já não é a desconfiança mútua, sendo sim a convicção de que todos têm o mesmo objetivo.

O mesmo se passa com outros temas onde a coincidência de objetivos parece menor. Por exemplo, pode estar-se em desacordo com uma repartição do trabalho doméstico segundo a regra dos 50-50 e, no entanto, defender a corresponsabilidade, mediante o que convier às famílias [em cada momento das suas vidas](#) (“Aceprensa”, “Quedarse en casa también es cosa de hombres”, 23.7.2014). Ou é possível não falar de quotas e, contudo, defender outras maneiras de [apoiar o talento feminino](#) (“Aceprensa”, “Los debates de ideas necesitan más voces femeninas”, 18.10.2019).

O “direito ao aborto”, pelo contrário, esse é um dos desacordos inultrapassáveis. Outra coisa é que o foco se concentre nas ajudas às grávidas em situações difíceis, algo que poderia suscitar consenso se deixar de ser encarado como uma manobra para “retirar direitos”.

Não se trata das abordagens colaborativas serem algo de agradável. Mais, elas significam maturidade democrática para gerir com realismo e paciência – é esse o sentido da tolerância – duas certezas básicas: que as pessoas pensam de forma diferente, e que as sociedades liberais contam com suficientes recursos para acolher essas diferenças.

J. M.

Uma liberdade de expressão que se faça entender

Nas disputas sobre valores, o verdadeiramente subversivo é dizer algo com substância e interessar os discordantes.

Juntamente com [os temas e as abordagens](#) que prevalecem nos meios de comunicação social maioritários, deve haver referência a uma opinião pública paralela: a dos que não concordam com a mentalidade dominante, e a dos que, por vezes, são considerados incapazes para a vida democrática.

Nesta categoria entram os que, pelas suas ideias ou pela sua maneira de as expressar, ganham energeticamente a fama de extremistas, mas também os que defendem de forma respeitável pontos de vista alternativos a essa estrutura de pensamento.

Neste ponto, o interesse desloca-se para aqueles debates que lhes permitem: a liberdade religiosa e de consciência, a liberdade de expressão, o politicamente correto...

Mudança de valores

Esta posição é típica de pessoas que se encontram em minoria relativamente a uma cultura hegemónica. Tal como os jovens do Maio de 1968 se ergueram contra uma maneira de ver o mundo que, na opinião deles afogava a espontaneidade, como foi mostrado pela exposição “1968, la revolución del deseo” (EncuentroMadrid, 2018), poder-se-ia dizer que [a revolta contra as elites](#) a que se assiste hoje no Ocidente é uma reação ao clima sufocante que trouxe o novo pensamento dominante; ou seja, a contracultura que emergiu do Maio de 1968. Se libertar o desejo acorrentado era a meta de então, hoje o objetivo seria libertar a palavra amordaçada.

Aparentemente, o Maio de 1968 triunfou: os seus valores, até então marginais, passaram a ser maioritários. Mas essa é só uma parte da história. O resultado mais dramático [explicou-o](#) Marcelo López Cambroner, comissário dessa exposição: “A explosão do desejo, a necessidade de encontrar uma forma de expressão nova, a busca de um sentido diferente do herdado”, viu-se cortada pelo “drama que acarreta o niilismo; isto é, quando se vive sem esperança, sem a possibilidade de que exista uma resposta decisiva para a vida”.

Está para ver aonde levará a denúncia do politicamente correto popularizada por Donald Trump na sua campanha para as presidenciais de 2016. De momento, não parece que o seu estilo rude venha a persuadir muitos dos seus adversários. Mais, pelo contrário: os seus excessos –como os da *alt-right* – parecem estar a confirmar aos defensores do politicamente correto que este é mais necessário do que nunca. Entretanto, existe o risco de que uma direita pós-moderna e niilista, que se define precisamente como “alternativa” à direita conservadora e religiosa, deixe a liberdade de expressão vazia de sentido; isto é, sem nada de relevante a dizer. Como afirmou Maren Thom a propósito dos [jovens libertários da alt-right](#), a sua é uma transgressão sem substância.

Já há comentaristas que alertam os seus colegas progressistas para o preço a pagar por esta substituição. Nas páginas do “The New York Times” (19.9.2018), Emily Ekins [lançou](#) uma mensagem clara e diferente aos simpatizantes do Partido Democrata: se querem ver mais moderação entre os simpatizantes de Trump, eles querem que haja mais religião, não menos. Em “The Week” (24.3.2017), Pascal-Emmanuel Gobry [advertiu](#): “Se não gostavas da direita cristã, realmente vais odiar a direita pós-cristã”.

Certamente, se tivesse havido maior tolerância com a pluralidade de ideias e de valores, teria havido menor indignação. O aumento do voto populista não reflete necessariamente a adesão incondicional a um líder, nem muito menos a todas as suas medidas ou declarações. Pode ser encarado também como um voto de protesto contra aqueles que quiseram [retirar-lhes a legitimidade](#) para falar.

Por isso, não é disparatado arriscar uma receita contra o populismo: deixar falar os discordantes das opiniões em voga, que aceitem de bom grado as regras do jogo democrático. Não porque sejam o verdadeiro e único “povo”, mas porque – tal como os que apoiam a visão progressista do mundo – também eles são cidadãos de pleno direito.

Ora, quem quiser influir nas controvérsias públicas, mais do que de uma liberdade de expressão “sem complexos”, irá necessitar de uma liberdade de expressão com vontade de se fazer entender.

Sobre isto, é interessante a recomendação que faz Bruno Mastroianni em “La disputa felice”. Num contexto onde a dimensão pessoal conta mais do que os argumentos, a racionalidade e o equilíbrio são necessários para fundamentar bem as posições próprias, mas não são suficientes. “É necessário um maior esforço de comunicação”, que cuide tanto da relação com o outro, como do conteúdo. “Estar em sintonia com os sentimentos e não apenas com os intelectos, é o caminho para se fazer ouvir”.

Em vez de nos afastarmos do tema em discussão, o facto de levarmos a sério a relação com o outro é o que permite que possamos discutir sem interferências. Precisamente porque se fizermos baixar o ruído de fundo (os preconceitos, a desconfiança...), podemos “manter a atenção, as energias e a concentração nos temas e argumentos em análise”.

Na era das bolhas mediáticas, conclui Mastroianni, o subversivo não é acrescentar tensão a um estado de opiniões já em si tenso (“Aceprensa”, 7.1.2019), mas aperfeiçoar os nossos argumentos e “encontrar melhores maneiras de expressar o que pensamos” para saltar as muralhas dos nossos *bunkers*. Trata-se de ir em busca de perspetivas e de formular perguntas “que nos levem, a nós e aos nossos interlocutores, a um nível que se situe além das expectativas”.

J. M.